

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO**  
**ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf FABRICIO ALÉ GOMES

**O PAPEL DO IRÃ NO EQUILÍBRIO  
DE PODER DO ORIENTE MÉDIO**



Rio de Janeiro  
2018

Maj Inf FABRICIO **ALÉ** GOMES

**O papel do Irã no equilíbrio de poder do Oriente Médio**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,  
como requisito parcial para a obtenção do título  
de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel QEMA José Roberto de Vasconcellos Cruz

Rio de Janeiro

2018

G633p Gomes, Fabricio Alé

O papel do Irã no equilíbrio de poder do Oriente Médio / Fabrício Alé Gomes  
—2018. 51 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: José Roberto de Vasconcellos Cruz  
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: Rio de Janeiro, 2018.  
Bibliografia: f. 48-51.

1. IRÃ . 2. ORIENTE MÉDIO. 3. EQUILÍBRIO DE PODER. 4. POLÍTICA  
INTERNACIONAL DO IRÃ. I. TÍTULO.

CDD 327.56

Maj Inf FABRICIO **ALÉ** GOMES

**O papel do Irã no equilíbrio de poder do Oriente Médio**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,  
como requisito parcial para a obtenção do título

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

COMISSÃO AVALIADORA

---

José Roberto de Vasconcellos Cruz – Ten Cel QEMA - Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Gian Dermário da Silva – Ten Cel QEMA - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Gustavo Assad de Praga Rodriguez – Ten Cel QEMA - Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

## DEDICATÓRIA

À minha esposa, Beatriz de Carvalho Alé Gomes, pela compreensão e suporte dados durante a confecção deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, Tenente Coronel José Roberto de Vasconcellos Cruz, pelas orientações e pela forma profissional com que me apoiou na elaboração deste trabalho.

Ao Senhor Jesus, por ter me capacitado a realizar o presente trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo estabelecer de que forma o Irã interfere no atual equilíbrio de poder do Oriente Médio. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, caracterizada pela investigação em livros, trabalhos acadêmicos, e artigos disponíveis na rede mundial de computadores. O Irã, país situado no Oriente Médio, assumiu sua configuração política moderna no século XX, quando se tornou área de interesse estratégico para as potências do mundo ocidental, principalmente pelo fato de possuir quantidade farta de reservas de petróleo. A partir de 1979, com o advento da Revolução Islâmica Iraniana, o país viveu um processo de transformação nas suas relações com os atores estatais e não estatais do Oriente Médio. Oriente Médio, composto, para fins deste estudo, por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos (EAU), Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Síria e Omã, é foco das principais tensões geopolíticas mundiais, abrigando diversidade étnico-religiosa, a presença de grupos terroristas e a farta disponibilidade de petróleo na região. Esse ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo torna o equilíbrio de poder regional algo efêmero. O termo equilíbrio de poder assumiu dimensões práticas após a Paz de Westfália de 1648, se estabelecendo no concerto das nações no momento pós-Congresso de Viena. No campo das relações internacionais diversos autores se dedicaram ao estudo do assunto. Morgenthau, por exemplo, estabeleceu dois modelos de padrão do equilíbrio de poder: o padrão de oposição direta e o padrão de competição. Outro autor, Aron, abordou a posse de armas nucleares como fator relevante no equilíbrio de poder. As ações do Irã no cenário regional são resultado das dinâmicas do processo decisório, sob tutela do aiatolá Kameini e do Supremo Conselho Revolucionário. A República Islâmica do Irã definiu dois objetivos político-estratégicos: a preservação dos ideais revolucionários e a projeção de poder no Oriente Médio. Esses objetivos definem as relações do país com os principais atores regionais, estatais e não estatais, quais sejam: Arábia Saudita, Iraque, Israel, Hezbollah e Síria.

Palavras-chave: Irã. Oriente Médio. Equilíbrio de poder. Política internacional do Irã.

## **ABSTRACT**

The present paper aimed to determine if Iran interferes with the current balance of power in the Middle East. The methodology used was bibliographic, characterized by research in books, academic papers and articles available on the world wide computer network. Iran, a country situated in the Middle East, assumed its modern political configuration in the twentieth century, when it became an area of strategic interest to the powers of the Western world, mainly because it possesses a large quantity of oil reserves. Since 1979, with the advent of the Iranian Islamic Revolution, the country has undergone a process of inversion in its relations with the state and non-state actors of the Middle East. For the purposes of this study, Saudi Arabia, Bahrain, Qatar, the United Arab Emirates (UAE), Iran, Iraq, Israel, Jordan, Kuwait, Lebanon, Syria, Oman and Yemen are the focus of the main global geopolitical actions, harboring ethnic-religious diversity, the presence of terrorist groups and the availability of oil in the region. This volatile, uncertain, complex and ambiguous environment makes the regional power balance somewhat ephemeral. The term balance of power is assumed after the Peace of Westphalia of 1648, and the concert of nations was established at the time after the Vienna Congress. Regarding the international relations different authors are dedicated to the study of the subject. Morgenthau, for example, brought two models of standard of power balance: the pattern of direct opposition and the pattern of competition. Another author, Aron, addresses the possession of nuclear weapons as a relevant factor of power balance. Iran's actions in the regional scenario are the result of decision-making process, under the authority of the Ayatollah Khamenei and of the Council of Islamic Revolution. The Islamic Republic of Iran has defined two political-strategic objectives: a preservation of revolutionary ideas and a projection of power in the Middle East. These objectives define the country's relations with the main regional, state and non-state actors, such as: Saudi Arabia, Iraq, Israel, Hezbollah and Syria.

Key words: Iran. Middle East. Power Balance. Foreign Affairs of Iran.



## LISTA DE ABREVIATURAS

a. C	Antes de Cristo
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
CSNU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
d. C	Depois de Cristo
EIIL	Estado Islâmico do Iraque e do Levante
EUA	Estados Unidos da América
EGRI	Exército de Guardiões da Revolução Islâmica
FDI	Forças de Defesa de Israel
FMP	Força de Mobilização Populr
FQ	Forças Quds
GRI	Guarda Republicana Iraniana
JCPOA	Joint Comprehensive Plan of Action
OM	Oriente Médio
PAIC	Plano de Ação Integral Conjunto
P5+1	Grupo constituído pelos cinco membros permanentes do CSNU (China, Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia) e a Alemanha
SCSN	Supremo Concílio de Segurança Nacional (SCSN)
TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1	O PROBLEMA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo Geral.....	12
1.2.2	Objetivos Específicos.....	12
1.3	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	13
2	<b>METODOLOGIA</b> .....	14
2.1	TIPO DE PESQUISA.....	14
2.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	14
2.3	COLETA DE DADOS.....	14
2.4	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	14
3	<b>O IRÃ E O ORIENTE MÉDIO</b> .....	15
3.1	O IRÃ.....	15
3.2	O ORIENTE MÉDIO.....	18
4	<b>O EQUILÍBRIO DE PODER</b> .....	22
5	<b>OS OBJETIVOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS IRANIANOS</b> .....	30
5.1	O PROCESSO DECISÓRIO NO IRÃ.....	30
5.2	O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO.....	31
5.3	O ACORDO NUCLEAR.....	33
5.4	OBJETIVOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS PROPRIAMENTE DITOS	34
6	<b>O IRÃ E OS PRINCIPAIS ATORES DO OM</b> .....	37
6.1	IRÃ E ARÁBIA SAUDITA.....	37
6.2	IRÃ E HEZBOLLAH.....	38
6.3	IRÃ E IRAQUE.....	40
6.4	IRÃ E ISRAEL.....	41
6.5	IRÃ E SÍRIA.....	43
7	<b>CONCLUSÃO</b> .....	45
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	48

## 1 INTRODUÇÃO

O Irã tem se situado no centro dos recentes conflitos do Oriente Médio (OM), estando presente nos debates sobre a construção e consolidação do Estado iraquiano, a guerra civil na Síria, a instabilidade política no Líbano, os confrontos no Iêmen, a crise política no Bahrein, a discriminação dos xiitas na Arábia Saudita e a turbulência nas relações entre os sauditas e o Catar (CHAMS, 2008).

O papel do Irã nas questões relativas ao OM tem sido objeto de discussão nas relações internacionais. Os iranianos e outros atores regionais tem se confrontado direta ou indiretamente numa disputa para definir o protagonismo na política regional (CHAMS, 2008).

Segundo SICK (1987), a partir de 1973, na primeira crise do petróleo, o centro de gravidade da geopolítica do OM mudou gradualmente do Mediterrâneo oriental e dos conflitos árabe-israelense para o Golfo Pérsico e o Irã.

A assinatura do tratado de paz entre Egito e Israel, em 1979, reduziu consideravelmente a ameaça de uma nova guerra entre árabes e israelenses. No entanto, no mesmo ano, a Revolução Iraniana, que depôs o governo do Xá Reza Pahlavi, instituiu o regime radical teocrata sob a liderança do Aiatolá Ruhollah Khomeini. Desde então, o Irã tem ambicionado tornar-se uma superpotência no Golfo Pérsico. (SICK, 1987).

Na ótica da administração do presidente Donald Trump dos Estados Unidos da América (EUA), o Irã é o principal culpado por trás do caos no OM. Ressalta-se que o país tem financiado grupos terroristas e apoiado ditadores. O presidente estadunidense denominou o Irã como “o principal patrocinador estatal do terrorismo no mundo” e descartou o acordo nuclear assinado pelos EUA e outras cinco potências mundiais em 2015, afirmando que o Irã está descumprindo seus termos (NASR, 2018).

O secretário de defesa dos Estados Unidos, James Mattis, descreveu o Irã como a ameaça mais persistente para a estabilidade e a paz no OM. O ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, Adel al-Jubeir, afirmou que o Irã é uma das causas do caos no OM. (NASR, 2018).

Além disso, a questão entre xiitas e sunitas, tem permeado este jogo geopolítico. Segundo MARQUES (2015) no plano religioso, os sunitas dividem-se em múltiplas

escolas de jurisprudência islâmica diferenciadas entre si, enquanto ao longo dos séculos, os xiitas têm-se fragmentado em seitas com crenças variadas.

MARQUES (2015) afirma ainda que desde os primeiros tempos do Islã, o sunismo tem sido a facção dominante tanto do ponto de vista demográfico como político. Os sunitas correspondem a aproximadamente 80% dos muçulmanos. Sua disseminação geográfica nas áreas tradicionais islâmicas estendem-se desde o Marrocos até as Filipinas, da Sibéria a Moçambique, o que subentende a diversidade dos povos muçulmanos, muitos dos quais não árabes.

Por seu turno, os xiitas, demograficamente majoritários no Irã, Iraque, Bahrein e Azerbaijão, têm, por motivos vários, sido associados ao primeiro país, uma vez que durante vários séculos somente no Irã, o xiismo detinha caráter de religião do estado (MARQUES, 2015).

Sinteticamente, pode-se inferir que o Irã tem assumido posição consolidada de potência no OM após a instituição do governo teocrático liderado pelos aiatolás, o que torna relevante a análise do seu papel no equilíbrio de poder regional. A ascensão deste ator tem preocupado os líderes das potências ocidentais, especialmente dos EUA, e seus aliados, liderados pelos sauditas.

## 1.1 O PROBLEMA

Diante do cenário anteriormente apresentado, constata-se que o Oriente Médio é uma região de grande turbulência, sendo campo de conflitos de caráter políticos e religiosos. Nesse ambiente, o Irã tem atraído desde a década de 1970 a atenção permanente de analistas e operadores de política externa. Além disso, a República Iraniana tem sido identificada por líderes ocidentais, especialmente estadunidenses, como uma ameaça a promoção da paz na comunidade internacional.

Assim, esta pesquisa se depara com o seguinte problema:

**A implementação dos objetivos políticos e estratégicos da nação iraniana ameaça o equilíbrio de poder e conseqüentemente a paz no Oriente Médio?**

## 1.2 OBJETIVOS

Segundo CRESWELL (2010) a declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, ele ressalta que devido a essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada num tópico exclusivo (CRESWELL, 2010). Assim, esta pesquisa apresenta a seguir o objetivo geral e seus três objetivos específicos.

### 1.2.1 Objetivo Geral

Quais são as implicações das ações estratégicas do Irã no equilíbrio de poder no Oriente Médio? Ao responder esta pergunta, este trabalho encontra o seguinte objetivo geral conforme descrito a seguir:

Verificar se a implementação dos objetivos políticos e estratégicos pelo Irã ameaça o equilíbrio de geopolítico, e conseqüentemente a paz no Oriente Médio.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral apresentado foram formulados alguns objetivos específicos a serem alcançados, que balizarão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo e que serão elencados em seguida:

- 1) Caracterizar o Irã e o Oriente Médio.
- 2) Identificar as principais teorias sobre equilíbrio de poder.
- 3) Identificar os objetivos políticos e estratégicos do Irã.
- 4) Identificar os principais atores estatais e não estatais com atuação relevante no Oriente Médio.
- 5) Apresentar as relações do Irã com os principais atores à luz das teorias sobre equilíbrio de poder.

### 1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A importância desta proposta de pesquisa está apoiada no seguinte aspecto:

A comunidade das nações tem como um dos seus principais propósitos manter a paz e a segurança internacionais. Esse trabalho contribuirá para identificar o papel do Irã no equilíbrio de poder no Oriente Médio, o que interfere diretamente no alcance desse objetivo almejado pela comunidade internacional.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 TIPO DE PESQUISA**

O presente estudo será conduzido, mormente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista que sua fundamentação teórico-metodológica ocorrerá por meio da investigação sobre os assuntos relacionados ao papel do Irã no equilíbrio de poder no OM em livros, monografias, artigos científicos, artigos de revistas internacionais e nacionais, de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponíveis na rede mundial de computadores (PINHEIRO, 2016).

### **2.2 UNIVERSO E AMOSTRA**

O universo do presente estudo são as teorias sobre o equilíbrio de poder, o cenário geopolítico no OM e a relação do Irã com os principais atores da região.

As amostras utilizadas serão as políticas e estratégias formuladas pelo Estado iraniano e identificadas nas pesquisa bibliográfica, com o objetivo de esclarecer as suas consequências para o equilíbrio de poder no OM.

### **2.3 COLETA DE DADOS**

A coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso dar-se-á por meio da coleta na literatura, realizando-se uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como livros, monografias, artigos científicos, artigos de jornais e revistas internacionais e nacionais, de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponíveis na rede mundial de computadores (PINHEIRO, 2016).

### **2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO**

A metodologia em questão possui limitações, pois não objetiva o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos processos em estudo. No entanto, devido ao fato de se tratar de um trabalho de término de curso, a ser realizado em aproximadamente seis meses, o método escolhido é adequado e possibilitará o alcance dos objetivos propostos no presente Projeto de Pesquisa (PINHEIRO, 2016).

### 3 O IRÃ E O ORIENTE MÉDIO

#### 3.1 O IRÃ

A República Islâmica do Irã é um Estado soberano localizado na Ásia, que possui população de mais de 80 milhões de habitantes e extensão territorial de aproximadamente 1,6 milhão de quilômetros quadrados, sendo o 18º mais populoso do mundo e o segundo maior país do Oriente Médio. O Irã é limitado a noroeste pela Armênia e pela República do Azerbaijão, ao norte pelo mar Cáspio, a nordeste pelo Turcomenistão, a leste pelo Afeganistão e Paquistão, ao sul pelo Golfo Pérsico e o Golfo de Omã, e a oeste pela Turquia e pelo Iraque (THE WORLD FACTBOOK, 2018).

Figura 01 - O Irã no Oriente Médio



Fonte: Abrahamian (2008)

O Irã, uma das civilizações mais antigas do mundo, começou a ser formado em 2800 a.c. O país foi unificado pelos medos, seguindo-se a eles vários impérios a partir de 625 a.c., quando a nação passou a se firmar como principal centro de poder cultural e político da região (PINHEIRO, 2016).



Segundo LAMPREIA (2014, p. 16): “Assim, o Irã é o berço de uma das mais antigas e duradouras civilizações do mundo, com vestígios de urbanizações com mais de 4 mil anos de idade”.

O Irã viveu um momento de auge durante o Império Aquemênida, fundado por Ciro, o Grande, em meados do século VI a.C. Ciro entrou no território da Babilônia por volta de 539 a.C. e fundou um dos maiores impérios do mundo, compreendendo grandes porções de terra, do Vale do Indo a leste (localizado no atual Paquistão), até a Trácia e a Macedônia a oeste (áreas próximas à atual Grécia) (PINHEIRO, 2016).

O Império de Ciro encontrou seu fim após a invasão de Alexandre, o Grande, por volta do ano 330 a.C. No século III depois de Cristo (d.C.), a região, onde hoje se localiza o Irã foi dominada pelo Império Sassânida, se tornando um dos reinos mais poderosos do mundo (PINHEIRO, 2016).

No século VII, o território do atual Irã foi invadido por árabes muçulmanos, que conquistaram a região. Cerca de 8 séculos depois, no período de 1501 a 1736, a Pérsia foi dominada pelos Safávidas que estabeleceram o xiismo como a religião oficial do Irã.

Nos séculos seguintes, devido a ascensão do clero xiita, com a base social persa, fomentado pelo Estado, surgiu uma fusão entre a cultura persa e o islamismo xiita (ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA, 2018)

Com a queda dos Şafávidas em 1736, o poder passou por várias dinastias de curta duração que levaram à ascensão da linhagem dos Qajar, em 1796. O governo Qajar foi marcado pela crescente influência das potências europeias nos assuntos internos do Irã, acompanhada por dificuldades econômicas e políticas, e pelo crescente poder do clero xiita em questões sociais e políticas (ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA, 2018).

A Revolução Constitucional Persa, ocorrida de 1905 a 1921, pôs fim a Dinastia Qajar, e instituiu no poder Reza Pahlavi. Novas leis constitucionais expandiram os direitos dos cidadãos, incluindo a proteção à vida, à propriedade e à honra, à liberdade de discurso, de associação e organização; à igualdade perante a lei; ao *habeas corpus* e à salva guardas contra prisões arbitrárias (PINHEIRO, 2016).

A partir desta revolução, somente os muçulmanos xiitas podiam assumir posições no gabinete do governo e o legislativo não tinha autorização para aprovar leis contrárias à ordem religiosa vigente (PINHEIRO, 2016).

Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, o Irã foi invadido pelo Reino Unido e União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), que almejavam os recursos naturais do país, mormente, as reservas de petróleo. O Xá Reza Pahlavi foi forçado pelos países aliados a abdicar em nome do seu filho Mohammad Reza Pahlavi, que era mais favorável às tropas invasoras (PINHEIRO, 2016).

Segundo PINHEIRO (2016), a partir do fim da guerra, o governo iraniano tornou-se progressivamente ditatorial, até chegar ao seu ápice, nos anos 1970. Reza Pahlavi dominou e modernizou o país, sempre esmagando a oposição do clero xiita e dos defensores da democracia.

Com a revolução de 1979, o xá Mohammad Reza Pahlavi foi deposto e o Irã se tornou uma república islâmica. O segmento clerical conservador xiita, liderado pelo aiatolá Ruhollah Khomeini, o líder supremo, estabeleceu um sistema teocrático de governo (THE WORLD FACTBOOK, 2018).

O Irã foi submetido a uma série de sanções econômicas e a controles de exportação por parte dos EUA, ONU e União Europeia (UE), devido ao seu envolvimento em atividades terroristas no mundo e as preocupações com seu programa nuclear (THE WORLD FACTBOOK, 2018).

Após a eleição do reformador Mohammad Khatami como presidente em 1997 e do reformista Maijles em 2000, foi iniciada uma campanha para promover reformas políticas em resposta à insatisfação popular. O movimento fracassou quando políticos conservadores, apoiados pelo líder Supremo, reverteram e bloquearam medidas de reforma enquanto aumentavam a repressão (THE WORLD FACTBOOK, 2018).

Assim, os conservadores restabeleceram o controle sobre as instituições governamentais eleitas do Irã, que culminou com a posse em agosto de 2005 do presidente linha dura Mahmud Ahmadi-Nejad. Sua reeleição polêmica em junho de 2009 provocou protestos em todo o país sobre alegações de fraude eleitoral, mas os protestos foram rapidamente reprimidos (THE WORLD FACTBOOK, 2018).

Em junho de 2013, os iranianos elegeram o clérigo Hasan Ruhani para a presidência. No seu governo, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) aprovou uma série de resoluções pedindo que o Irã suspende-se suas atividades de enriquecimento e reprocessamento de urânio (THE WORLD FACTBOOK, 2018).

Em julho de 2015, o Irã e os cinco membros permanentes, além da Alemanha (P5 + 1) celebraram o Plano de Ação Integral Conjunto (PAIC) no qual o Irã concordou em restringir seu programa nuclear em troca do alívio das sanções econômicas (THE WORLD FACTBOOK, 2018). Em maio de 2017, Ruhani foi reeleito presidente.

### 3.2 O ORIENTE MÉDIO

Segundo PINHEIRO (2016) atualmente, a região do OM é um dos principais focos de tensões mundiais. A região foi afetada, recentemente, pelos movimentos da Primavera Árabe, enfrentando diversos conflitos, envoltos na geopolítica do petróleo, na questão palestina e nas disputas religiosas entre sunitas e xiitas.

O termo Oriente Médio foi cunhado pelo, então capitão, Alfred Mahan, em artigo publicado na revista estadunidense National Review, em setembro de 1902 (KOPPES, 2018).

Segundo o SIMIELLI (2010), o OM é formado por 16 países, sendo eles: Turquia, Chipre, Líbano, Egito, Israel, Jordânia, Iraque, Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Catar, Iêmen, Emirados Árabes Unidos, Omã, Irã e Afeganistão. A região é banhada ao norte pelos mares Mediterrâneos, Negro e Cáspio; a oeste, pelo Mar vermelho; a leste, pelos Golfos Pérsico e de Omã; e, a sul, pelo Mar Árábico e pelo Oceano Índico. A região do OM é uma área estratégica geograficamente, e por materializar a ligação terrestre entre continentes asiático, europeu e africano.

Para fins deste trabalho, considera-se como OM, a região que compreende os seguintes países: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos (EAU), Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Síria, Turquia e Omã.

Conforme ZAHREDDINE e TEIXEIRA (2015), a unidade geográfica do OM se caracteriza por uma extensa zona de terras desérticas, com poucos vales com água, como o vale do Nilo, do Tigre, do Eufrates, do Bekka e do Jordão. O limite norte da região é marcado pelo Monte Taurus, na Turquia; ao sul, a península arábica com o Mar da Arábia é o limite meridional. O limite oriental é definido pelos Monte Zagros, entre o Iraque e o Irã; e a oeste, o Mar Mediterrâneo, o Nilo e o Hijaz saudita (ZAHREDDINE e TEIXEIRA, 2015).

As características dos povos revelam importantes aspectos da dinâmica geográfica e sociopolítica. A região abriga minorias étnico-religiosas, como os drusos,

alauitas, judeus, armênios, curdos, cristãos maronitas entre outros (ZAHREDDINE e TEIXEIRA, 2015).

Segundo ZAHREDDINE e TEIXEIRA (2015), a religião islâmica e a relação existente entre árabes, persas, turcos e judeus historicamente afetaram as disputas pelo poder regional.

Além disso, é importante ressaltar que o papel da dinâmica regional e os impactos das ações políticas de um ator nos demais pertencentes à região revelariam muito das relações de interdependência dos integrantes dessa área (ZAHREDDINE e TEIXEIRA, 2015).

Antes da Primeira Guerra Mundial, durante quase 300 anos, o equilíbrio regional foi mantido pelas relações entre Egito, Império Turco Otomano e Pérsia (atual Irã) (ZAHREDDINE e TEIXEIRA, 2015).

A Primeira Guerra Mundial foi um marco para os futuros Estados nacionais do OM. Reino Unido e França, vencedores do conflito, definiram as fronteiras da região. A aliança britânica com os árabes para se contrapor ao Império Turco Otomano e as promessas feitas aos judeus, com a Declaração Balfour, em 1917, inflamaram as disputas entre às forças regionais e originaram as dificuldades para a solução dos conflitos locais (ZAHREDDINE e TEIXEIRA, 2015).

Com a queda do Império Otomano ao final da primeira guerra, uma nova ordem foi estabelecida por Inglaterra e França, com a criação de vários Estados nacionais, tornando o ambiente das relações regionais muito mais complexo (ZAHREDDINE e TEIXEIRA, 2015).

Conforme ZAHREDDINE e TEIXEIRA (2015), a promessa inglesa de um Estado judeu se tornou efetiva em 1947 com a Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas, e em 1948, com a declaração unilateral de independência do Estado de Israel. Por seu turno, a criação de um Estado árabe nunca foi concretizada.

Segundo PINHEIRO (2016), a questão Palestina é um ponto que coloca Irã e Israel em pólos opostos. A criação do Estado de Israel, após o fim do Mandato Britânico da Palestina em 1948, teve como consequência uma crise terrível no meio do OM, dividindo a palestina entre palestinos e judeus, sem um consenso entre as partes. Dessa forma, a criação do Estado Judeu não gerou apenas uma nação, mas duas: uma judia e uma palestina. Os palestinos tiveram que se organizar, tornando-se um povo articulado para poder lutar pelo direito a um Estado Palestino.

Nesse contexto, surgiram dois grupos extremistas e fundamentalistas na década de 1980, o Hamas e o Hezbollah. O Hamas, em 2006, assumiu o controle da Autoridade Nacional Palestina, complicando ainda mais o processo de reconhecimento de um Estado Palestino, pois tal grupo extremista não reconhece o Estado de Israel. Para contrapor o poder israelense na região, o Irã apoia o grupo libanês Hezbollah, visando uma projeção iraniana como potência regional (PINHEIRO, 2016)

De acordo com ZAHREDDINE e TEIXEIRA (2015), as disputas entre os principais atores regionais foi intensificada pela transição da ordem mundial da multipolaridade para a bipolaridade, por meio da substituição de França e Reino Unido por EUA e a União Soviética.

No contexto da Guerra Fria, a Revolução Islâmica no Irã é um fato histórico relevante para a compreensão do novo ordenamento de forças que se criou no OM a partir de 1979. O acontecimento gerou preocupação generalizada, entre os países do Golfo Pérsico e as monarquias. Arábia Saudita e Jordânia se uniram ao Iraque com o objetivo de limitar os desdobramentos da revolução iraniana, na defesa do arabismo sunita contra os persas xiitas (ZAHREDDINE e TEIXEIRA, 2015).

Na década de 1980, a guerra entre Irã e Iraque representou a preocupação de grande parte dos países árabes com a expansão da revolução xiita para o restante da região. Nesse cenário, Saddam Hussein surge como um elemento importante para esses países, como defensor da estabilidade regional e contrário a um projeto de expansão persa pelos países árabes. O fim desse conflito coincidiu com o término da Guerra Fria abrindo espaço para uma nova realidade (ZAHREDDINE e TEIXEIRA, 2015).

Os ataques contra as Torres Gêmeas precipitou uma série de ações político-militares com consequências para o OM. Os EUA invadiram o Afeganistão em 2001 e lideraram a ação militar no Iraque em 2003 gerando mais uma vez fortes disputas pelo controle da ordem regional (ZAHREDDINE e TEIXEIRA, 2015).

Segundo ZAHREDDINE e TEIXEIRA (2015) "o fortalecimento dos aliados estadunidenses e o enfraquecimento de países que historicamente resistiam à presença estrangeira, como Irã e Síria, levou a uma maior desestabilização da região".

A Segunda Guerra do Golfo destituiu o presidente Saddam Hussein e os seus apoiadores. Com isso, as disputas entre curdos, sunitas e xiitas que eram contidas pelo regime vieram à tona, configurando-se um cenário de instabilidade no país, e

culminando com o fortalecimento de grupos fundamentalistas islâmicos, como a Al Qaeda e o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL) (ZAHREDDINE e TEIXEIRA, 2015).

## 4 O EQUILÍBRIO DE PODER

Este capítulo tem a finalidade de promover uma discussão sobre o principal termo que permeia a presente pesquisa: o equilíbrio de poder. Diante disso, esse conceito será abordado sob diversos aspectos a fim de evidenciar as distintas visões, lançando as bases de abordagem científica dos capítulos posteriores.

Segundo PECEQUILO (2012), em termos teóricos, o equilíbrio de poder é um dos principais fundamentos da teoria realista clássica das Relações Internacionais do século XX, porém sua gênese pode ser encontrada nos escritos de Tucídides e nas dimensões práticas das relações do concerto europeu dos séculos XVII a XIX, que foi estabelecido pós-Congresso de Viena e considerado o “tipo ideal” deste modelo.

A instituição do equilíbrio de poder, com objetivo de evitar o protagonismo de qualquer Estado em particular, se desenvolveu a partir da coalizão contra Filipe II, e foi preservada como objetivo implícito da Paz de Westfália de 1648, que deu fim as pretensões dos Habsburgos de se tornar um monarquia universal (BULL, 2002)

Em momento posterior a Paz de Westfália, o termo equilíbrio de poder é citado expressamente no Tratado de Utrecht em 1713 com o objetivo de estabelecer a paz e a tranquilidade da cristandade, sendo apontado neste mesmo diploma internacional como o mais sólido fundamento de uma amizade mútua e a melhor forma de obter uma paz geral e garantir a tranquilidade da Europa.

Os conceitos e as abordagens que definem o que é o equilíbrio de poder têm sido os mais variados ao longo da história contemporânea.

Segundo CASTRO (2012), o balanço de poder é regra geral de pesos e contrapesos ao exercício dos capitais disponíveis de força-poder-interesse em conjunto com os padrões de dissuasão-normas-valores no âmbito das relações dos Estados, dotando-os de capacidade para manter um certo e frágil equilíbrio sistêmico.

Na visão hobbesiana, os Estados não possuem nenhuma autoridade superior para regular suas relações no cenário internacional, cujo princípio central é a anarquia. Por este motivo, o ambiente internacional não possui princípios organizadores. Desta forma, a ordem internacional surge do equilíbrio de poder que se caracteriza como a dinâmica contemporânea de competição e o choque mútuo entre os Estados que se anulam mutuamente ao perseguir seus interesses nacionais, orientados pela razão de Estado (PECEQUILO, 2012).

Para WALTZ (2002), a teoria do equilíbrio de poder ou balança de poder é:

Uma teoria sobre os resultados produzidos pelas acções (sic) descoordenadas dos estados. A teoria faz suposições sobre os interesses e os motivos dos estados, em vez de os explicar. O que explica são os constrangimentos que confinam todos os estados" (WALTZ, 2002, P. 170).

Segundo PECEQUILO (2012), os Estados tem como primeira prioridade a manutenção da soberania e da segurança de cada unidade política individual. Assim, o processo de contenção e dissuasão mútuas entre as diferentes unidades produz a estabilidade, evitando a eclosão constante de guerras e o extremo dos jogos de soma zero.

Na visão de BULL (2002), em sua abordagem influenciada pela Escola Inglesa de Relações Internacionais, o sistema de equilíbrio de poder, ao surgir no sistema internacional pode contribuir para limitar a violência ou preservar os governos contra desafios à supremacia local. BULL (2002) visualiza o papel desempenhado pelo equilíbrio de poder na ordem internacional da seguinte forma:

Considere-se, por exemplo, o papel desempenhado na ordem internacional pela instituição do equilíbrio de poder. Uma instituição que pode violar as noções corriqueiras de justiça ao sancionar a guerra contra um estado cujo poder ameaça tornar-se preponderante, sem haver praticado qualquer transgressão legal ou moral, sacrificando os interesses dos pequenos estados, que podem ser absorvidos ou fracionados para servir aos interesses do equilíbrio de poder; ou, no caso do "equilíbrio do terror" - sua variante contemporânea - pelo aumento e a exploração do risco da destruição. Apesar de tudo, trata-se de uma instituição que tem hoje e teve no passado um papel fundamental na preservação da ordem no sistema internacional (BULL, 2002, p. 107-108).

BULL (2002) observa que a guerra é uma outra instituição que possibilita o equilíbrio de poder, conforme o trecho abaixo:

Considere-se também o papel de outra instituição: a guerra. A guerra desempenha também um papel fundamental na manutenção da ordem internacional, no fortalecimento do direito internacional, na preservação do equilíbrio de poder e na realização de mudanças consideradas consensualmente como justas. Ao mesmo tempo, a guerra pode ser um meio para subverter as regras do direito internacional, para prejudicar o equilíbrio de poder e impedir mudanças justas, ou para promover mudanças que sejam injustas. Por outro lado, a guerra é um meio que, uma vez empregado, justa ou injustamente, pode desenvolver um momentum próprio, deixando de ser um instrumento administrado por aqueles que a iniciaram, transformando-os e modificando de forma surpreendente a situação em que se encontram. (BULL, 2002, p. 108).



Além disso, segundo BULL (2002), o equilíbrio poder pode ser simples ou complexo, porém nenhuma situação de estabilidade foi perfeitamente simples ou perfeitamente complexa. Assim, os equilíbrios simples têm se tornado complicados pela existência de outras potências, com pequena capacidade de influência. As situações de equilíbrio de poder complexo podem se tornar simples por meio de combinações diplomáticas.

BULL (2002) aponta para a diferença de equilíbrio de poder geral e local, abordando inclusive como exemplo o Oriente Médio que é objeto de estudo deste trabalho.

A distinção entre o equilíbrio de poder geral e local não deve ser confundida com a que existe entre o equilíbrio dominante e os equilíbrios subordinados. Assim, o equilíbrio entre a União Soviética e os Estados Unidos (conhecido às vezes como "equilíbrio central") é o equilíbrio dominante no mundo, e os equilíbrios locais no Oriente Médio, no sub-continente indiano e no sudeste da Ásia são subordinados, no sentido de que são muito mais afetados pelo equilíbrio geral do que o contrário. Em alguns casos as mesmas potências que participam do equilíbrio dominante participam também de um equilíbrio subordinado, como a União Soviética e os Estados Unidos são elementos do equilíbrio do Oriente Médio. Burke utiliza esta distinção quando se refere às relações da Inglaterra, França e Espanha no fim do século XVIII como "o grande equilíbrio central" da Europa, que qualificava o funcionamento do "equilíbrio do Norte", o "equilíbrio da Alemanha" e o "equilíbrio da Itália". No entanto, o equilíbrio dominante é ainda um equilíbrio de tipo particular, que não deve ser identificado como o equilíbrio geral do sistema internacional como um todo. (BULL, 2002, p. 119)

BULL (2002), também, verifica que a paz é um objetivo subsidiário do equilíbrio de poder, sendo possível quando o equilíbrio se torna estável.

É verdade que as tentativas de criar um equilíbrio de poder nem sempre resultaram na preservação da paz. No entanto, a principal função do equilíbrio de poder não é preservar a paz, mas sim preservar o próprio sistema de estados. A manutenção do equilíbrio de poder exige a guerra, quando ela é o único meio de deter a expansão de um estado potencialmente dominante. Pode-se argumentar, porém, que a preservação da paz é um objetivo subsidiário do equilíbrio de poder. Quando o equilíbrio de poder é estável (isto é, se tem características que permitem a sua persistência) pode tornar desnecessário o recurso a uma guerra preventiva. (BULL, 2002, p. 124)

Sob outra ótica, ARON (2002) tem o entendimento que "a política externa é intrinsecamente *power politics*, uma política de poder. O conceito de equilíbrio - *balance* - aplica-se, pois, a todos os sistemas internacionais, inclusive a nossa era atômica".

ARON (2002) afirma ser preferível dizer "equilíbrio de forças" a "equilíbrio de poder", tendo em vista que as forças são mais mensuráveis do que o poder. Na sua visão, se as forças encontram o equilíbrio, as potências estão equilibradas, pelo menos de modo aproximado. Assim, nenhum Estado pode impor sua vontade às demais unidades políticas, a menos que possua meios que o possibilitem derrotar os seus rivais.

Na abordagem de ARON (2002), os diferentes tipos de paz podem ser relacionados com os vários tipos de relação de forças.

Pode-se distinguir assim três tipos de paz: o equilíbrio, a hegemonia e o império: num espaço histórico dado, ou as forças das unidades políticas estão em equilíbrio, ou estão dominadas por uma dentre elas, ou então são superadas a tal ponto pelas forças de uma unidade que todas as demais perdem sua autonomia e tendem a desaparecer como centros de decisão política. Chega-se, assim, ao Estado imperial, que detém o monopólio da violência legítima (ARON, 2002, p. 220)

ARON (2002) aponta que, no entendimento do autor norte-americano, Morton A. Kaplan, há "seis regras necessárias e suficientes para o funcionamento de um sistema esquemático, que ele denominou de *balance of power* (equilíbrio de poder)", quais sejam:

- 1) cada ator deve agir de modo a aumentar suas capacidades (*capabilities*), mas deve preferir a negociação à luta;
- 2) deve lutar para não deixar de utilizar uma oportunidade de aumentar sua capacidade;
- 3) deve abandonar a luta para não eliminar um "ator nacional principal";
- 4) deve agir de modo a se opor a qualquer coalizão ou ator individual que tenda a assumir posição de predominância com relação ao resto do sistema;
- 5) deve agir de modo a obrigar (*constrain*) os atores que aceitem um princípio supranacional de organização;
- 6) deve permitir aos atores nacionais, vencidos ou "obrigados", que participem do sistema como sócios aceitáveis ou deve permitir que um ator até então não essencial ingresse na categoria de ator essencial. Todos os atores essenciais devem ser tratados como sócios aceitáveis (ARON apud KAPLAN, 2012, p. 195).

Outro autor que contribuiu para o esclarecimento do conceito de equilíbrio de poder foi o alemão Hans Joachim Morgenthau. No entendimento de MORGENTHAU (2003), equilíbrio de poder é uma configuração que surge quando há uma aspiração de poder por parte de várias nações, na qual cada uma tenta alterar o *status quo*.

O autor alemão afirma, ainda, que o equilíbrio de poder e as políticas traçadas para preservá-lo são inevitáveis, e o coloca como elemento estabilizador em um ambiente de nações soberanas.

Para MORGENTHAU (2003), há dois tipos de padrões do equilíbrio de poder: o padrão de oposição direta e o padrão de competição. No primeiro modelo, a nação A possui uma política imperialista em relação a nação B, a qual essa última reage mediante política de *status quo* ou uma política imperialista própria.

No segundo modelo, o poder de A, necessário para dominar C, diante das oposições de B, é compensado – ou superado – pelo poderio de B, ao mesmo tempo em que o poderio de B para conquistar C é equilibrado – ou superado – pelo poder de A.

Na sua argumentação a respeito do primeiro padrão, MORGENTHAU (2003) afirma que o equilíbrio de poder:

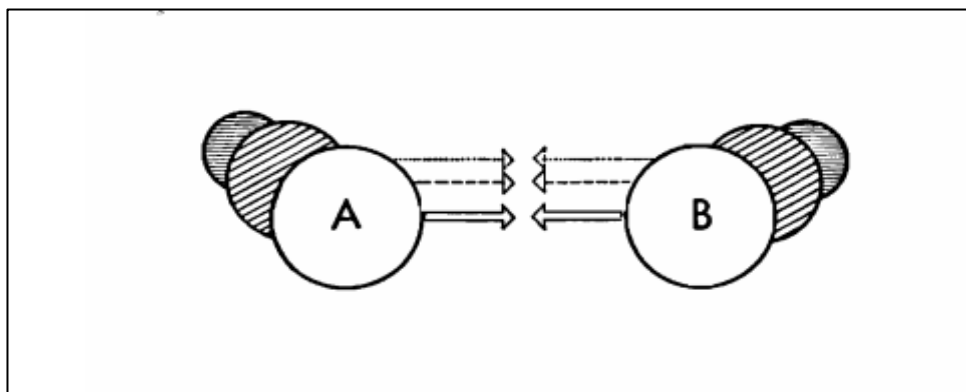
Cria uma estabilidade precária entre as nações envolvidas, estabilidade esta que estará sempre sob o risco de vir a ser perturbada, e que, portanto, estará necessitando ser continuamente restaurada. Essa é, todavia, a única estabilidade alcançável sob as condições presumidas do padrão de poder [...] Uma das duas funções que o equilíbrio de poder deveria preencher é a estabilidade nas relações de poder entre as nações, e, contudo, essas relações, devido à sua própria natureza, estão sujeitas as mudanças contínuas. (MORGENTHAU, 2003, p. 332)

MORGENTHAU (2003) afirma, ainda, que:

Devido à natureza essencialmente instável e dinâmica do equilíbrio – o qual não é instável e dinâmico por acaso ou somente em parte do tempo, mas por sua própria natureza – a independência das nações envolvidas também passa a ser essencialmente precária e corre perigo. E aqui, novamente, deve ser dito que, dadas as condições do padrão de poder, a independência das nações não dispõe de outra base sobre a qual repousar a não ser no poder de cada nação evitar que outras nações usurpem a sua liberdade (MORGENTHAU, 2003, p. 333)

A figura abaixo ilustra bem essa situação:

Figura 2 - Padrão de oposição direta de Morgenthau



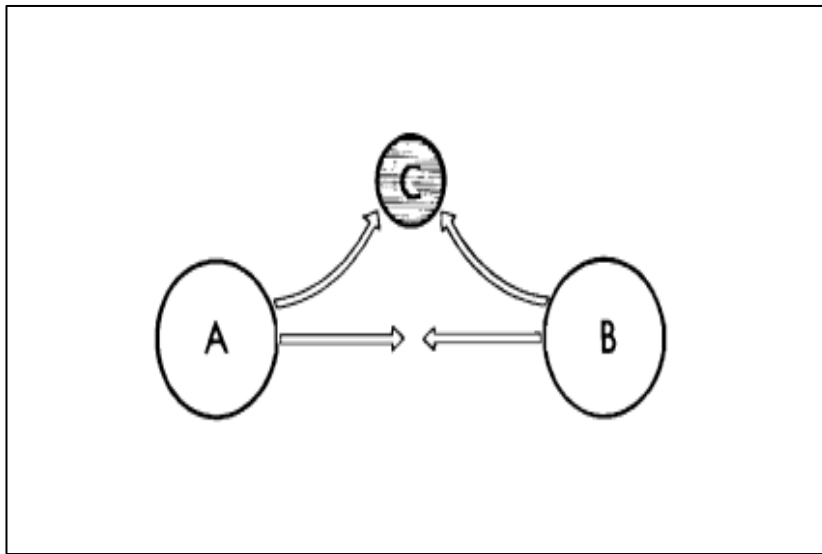
Fonte: Morgenthau (2003)

Com relação ao segundo modelo – o padrão de competição, Morgenthau explica que:

A função adicional preenchida pelo equilíbrio de poder, além de criar precária estabilidade e segurança nas relações entre A e B, consiste em preservar a independência de C contra as tentativas de invasão de A ou de B. A independência de C passa a ser uma mera função das relações de poder existentes entre A e B 01 (MORGENTHAU, 2003, p.334)

A figura abaixo ilustra esta condição:

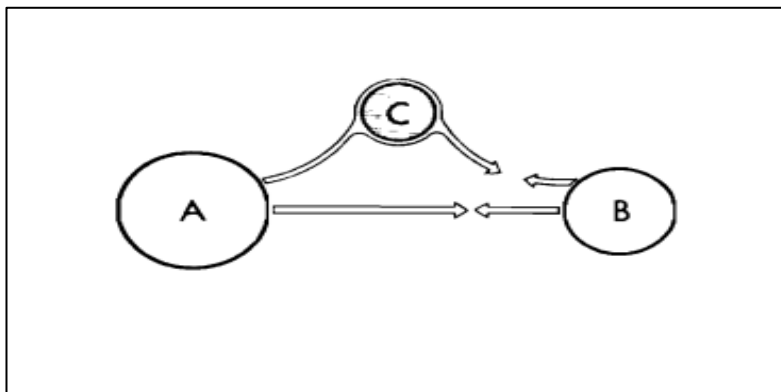
Figura 3 - Padrão de competição modelo



Fonte: Morgenthau (2003)

Caso as relações se tornem favoráveis de A, a independência de C ficará imediatamente em risco:

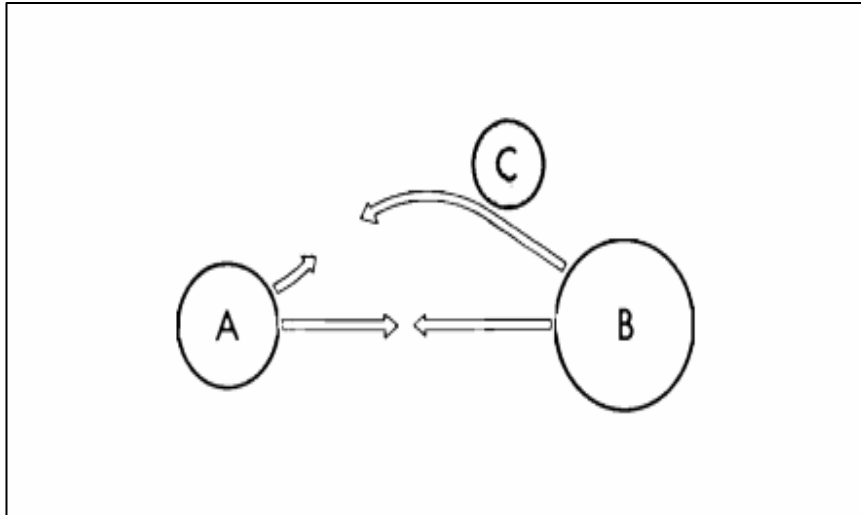
Figura 4 - Padrão de competição favorável a A



Fonte: Morgenthau (2003)

Se a nação status quo – B, tiver êxito em obter vantagem decisiva e permanente, a liberdade de C estará mais segura:

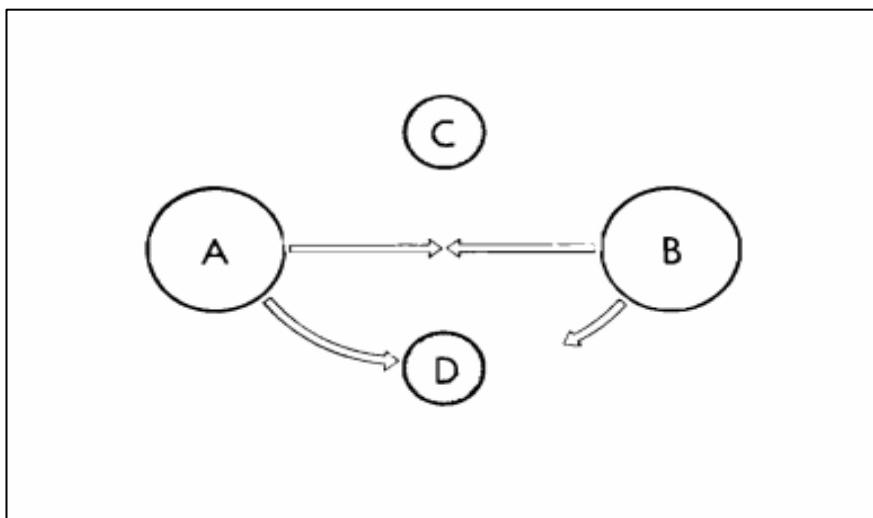
Figura 5 - Padrão de competição favorável a B



Fonte: Morgenthau (2003)

MORGENTHAU (2003) argumenta que, se a nação imperialista – A, desistir de suas intenções sobre C, e buscar outro objetivo, no caso D – a liberdade de C estará assegurada, conforme figura abaixo:

Figura 6 - Padrão de competição com objetivo em D



Fonte: Morgenthau (2003)

Outro fator que afeta diretamente a balança de poder é a posse de armas nucleares. O advento desses armamentos mudou a percepção de equilíbrio de poder sob ótica dos teóricos das relações internacionais.

Com o surgimento de a arma nuclear, estes equilíbrios se tornaram mais sensíveis, dado o poder de destruição mútua assegurada desta tecnologia. Para se referir a esta dinâmica contemporânea, Raymond Aron (2001) faz uso do termo “Equilíbrio do Terror” que simboliza a possibilidade da política voltar a ser um jogo de soma zero e o congelamento do poder mundial por aqueles que detêm esta tecnologia, característico de toda a bipolaridade. PECEQUILLO, 2012, p. 21).

Destarte, após a verificação do referencial teórico que dá embasamento a este estudo, podemos notar que o entendimento contemporâneo sobre equilíbrio de poder é relativamente recente, surgindo em meados do século XVIII. Os conceitos se aproximam, diferindo em mínimos detalhes relativos a percepção dos autores que os conceberam. Tais definições teóricas servirão para melhor entendermos o sistema de equilíbrio de poder do Oriente Médio, no qual está inserido o Irã.

## 5 OS OBJETIVOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS IRANIANOS

### 5.1 O PROCESSO DECISÓRIO NO IRÃ

No entendimento de FAHRI (2017), em última análise, todas as ações internacionais do Irã, como as de outros países, são produtos do processo decisório na política interna.

Constitucionalmente e efetivamente, o líder Khamenei é o comandante em chefe com amplos poderes em relação à direção do país. O próprio cargo, estabelecido pela revolução, faz dele o guardião da República Islâmica. Declarações públicas de várias políticas de segurança e de política externa também sugerem que, além de amplas prerrogativas, ele é ao mesmo tempo um construtor de instituições e um comandante ativo (FAHRI, 2017).

Desta forma, o líder Khamenei é o decisor final, particularmente, em questões de segurança nacional e política externa, o que lhe confere o poder de vetar decisões tomadas por outras instituições decisórias. No entanto, a realidade é que ele não opera em um vácuo político (FAHRI, 2017).

Segundo FAHRI (2017), Khamenei tem contado com um processo mediado pelo Supremo Concílio de Segurança Nacional (SCSN). Esse conselho é composto por 13 membros, sendo responsável por discutir e decidir acerca de diversas questões domésticas e externas de interesse nacional.

Khamenei tem o poder de nomear dois membros para o SCSN, mas nenhuma dessas nomeações necessariamente representa seus pontos de vista (FAHRI, 2017).

O presidente do país tem a prerrogativa de nomear seis membros do SCSN. Assim, uma mudança na presidência, pode modificar substancialmente a composição do conselho, interferindo nas decisões. Cabe ressaltar que, o líder mantém o poder de veto em relação às decisões do SCSN, usando desse direito com parcimônia (FAHRI, 2017).

Assim sendo, nem Khamenei nem o SCSN operam em um vácuo. Ambos operam dentro de um ambiente público no qual as políticas, particularmente aquelas relacionadas a questões econômicas e culturais, são debatidas (FAHRI, 2017).

Segundo FAHRI, (2017), em relação as questões de política externa e de segurança, há menos espaço para o debate, porém, mesmo nessas discussões há uma necessidade de negociar as diferentes opiniões sobre como administrar uma

crise. Essa postura ficou evidente durante as conversações do acordo nuclear, por exemplo, bem como durante outros eventos mais recentes, como o caso do uso de uma base área iraniana pelos russos e o gerenciamento da política agressiva da Arábia Saudita em relação ao Irã.

## 5.2 O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO

Segundo LAMPREIA (2014), o programa nuclear iraniano iniciou em meados do século XX, mais precisamente em 1957. Nesta época, por iniciativa do Xá Reza Pahlevi os estudos passaram a ocorrer no campo atômico na Universidade de Teerã.

Também de acordo com LAMPREIA (2014), o Irã iniciou o desenvolvimento de seu programa nuclear por dois motivos. O primeiro motivo estava relacionado a natureza econômica e industrial, a fim de diversificar a matriz energética, poupando quantidades significativas de petróleo para ser exportado e gerando divisas para a nação.

Segundo PINHEIRO (20016), o outro motivo, ainda que não declarado oficialmente, era ligado à necessidade de adquirir armas atômicas, pelo menos em potencial, ou seja, obter a capacitação científica e tecnológica para construí-las. Essa capacidade contribuiria para aumentar o poder nacional iraniano na sua expressão militar, consolidando o país como potência regional do OM, com poder de dissuasão em relação aos países fronteiriços.

PINHEIRO (2016) afirma que, no início, o programa nuclear iraniano se desenvolveu de forma limitada. Embora contasse com o apoio do governo estadunidense, materializado por meio de uma cooperação entre o Irã e os EUA para o uso pacífico da energia atômica, até o início dos anos 1970, o governo iraniano limitou seus esforços na área nuclear a um pequeno reator de pesquisa na Universidade de Teerã.

Teerã não tinha como objetivo se tornar uma potência nuclear, haja vista sua adesão imediata ao TNP (Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares) em 1970, confirmada em 1974 (LAMPREIA, 2014).

Em julho de 1978, o governo estadunidense e Teerã assinaram um acordo que previa o fornecimento de oito reatores nucleares, a venda de combustível nuclear e a tecnologia necessária para atividades de pesquisa, excluindo, todavia, as tecnologias sensíveis de enriquecimento e reprocessamento (LAMPREIA, 2014).



Porém, segundo PINHEIRO (2016), com a Revolução Islâmica ocorrida no Irã em 1979, o programa nuclear iraniano sofreu um grande revés, tendo em vista o afastamento entre Teerã e Washington.

PINHEIRO apud RAMOS (2016) também afirma que após a Revolução Islâmica de 1979, o programa nuclear iraniano foi abandonado, por um curto período de tempo, devido ao menor apoio ocidental.

Ressalta-se, ainda, segundo IRANWATCH (2012), que a Guerra Irã-Iraque, iniciada em 1980, tornou os recursos financeiros mais escassos e causou danos a dois reatores nucleares, em construção na localidade de *Bushehr*, devido aos bombardeios sofridos.

No início da década de 1990, o Irã se recuperou da guerra com o vizinho Iraque e novamente impulsionou seu programa nuclear, dessa vez baseado na assistência da Rússia, da China e do Paquistão (IRANWATCH, 2012).

Durante esse período, Teerã assinou acordos de cooperação nuclear com China e Rússia, com o objetivo de completar suas instalações de enriquecimento de urânio (IRANWATCH, 2012).

PINHEIRO (2016) ressalta que, no início do século XXI, um membro dissidente do Conselho da Resistência Iraniana revelou para a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) que atividades secretas estavam sendo desenvolvidas tanto na central de *Bushehr* quanto em outros dois centros nucleares iranianos. Segundo LAMPREIA (2014), um ficava em *Natanz*, onde existia uma usina para o enriquecimento de urânio, e outro em *Arak*, onde funcionava um reator a água pesada e um laboratório para o reprocessamento de material irradiado. E, a partir de então, dá-se início a uma crise internacional sobre o programa nuclear iraniano.

Como provocação, segundo BAHADUR (2009), em abril de 2006, o presidente iraniano Ahmadinejad anunciou que o Irã havia obtido êxito no processo de enriquecimento do urânio.

Neste contexto, o século XXI foi marcado por uma série de negociações entre as principais potências mundiais, principalmente pelos EUA e o Irã, com a finalidade de regular o programa nuclear iraniano, de modo a impedir o desenvolvimento de armas nucleares pela República Islâmica dos Aiatolás.

### 5.3 O ACORDO NUCLEAR

O Plano de Ação Integral Conjunto (PAIC), ou em inglês, *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA), é o acordo internacional acerca do programa nuclear iraniano, assinado pelo Irã, Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Europeia, em 14 de julho de 2015 (FAHRI, 2017).

Segundo FAHRI (2017), embora muitos esperassem que o PAIC melhorasse os laços entre os EUA e o Irã, as palavras do aiatolá Ali Khamenei, proferidas mais de um ano depois, sugerem que a República Islâmica do Irã continua profundamente insegura.

Depois do PAIC, a liderança iraniana não reavaliou sua postura regional. Para a decepção de muitos, a “flexibilidade” demonstrada na resolução da questão nuclear ainda não foi traduzida em uma política regional mais flexível.

Na visão de FAHRI (2017), três razões foram elencadas que fundamentam essa postura: o quadro ideológico pelo qual o governo iraniano tem visto o mundo, a incerteza sobre a direção da política dos EUA em relação ao Irã e a complicada volatilidade do OM.

Visto de forma ampla, a liderança iraniana sentiu que deveria permanecer agressiva para conter os esforços para desestabilizar o Irã, garantir a segurança interna, projetando poder e, cada vez mais, combater as ameaças externas (FAHRI, 2017).

As dinâmicas políticas e de poder domésticas, também, desempenharam um papel importante na postura defensiva imutável do Irã. Essas dinâmicas dificultaram a interação direta entre o Irã e os Estados Unidos que as negociações nucleares proporcionaram. Embora as elites políticas iranianas concordassem, amplamente, sobre a necessidade de elevar o papel e a posição regional do Irã com base em uma política externa e de segurança independente, elas divergiam sobre como capitalizar no acordo nuclear e encontrar um equilíbrio entre dividendos geopolíticos e econômicos (FAHRI, 2017).

Khamenei temia que uma abertura para os Estados Unidos trouxesse, primeiro, uma exigência para o Irã abandonar sua política externa, marcada pela autonomia e independência, e eventualmente o enfraquecimento das instituições revolucionárias do Irã. Esta era uma linha de argumentação que não podia ser diretamente desafiada

publicamente, uma vez que aqueles que a rejeitavam seriam imediatamente acusados de serem agentes dos EUA (FAHRI, 2017).

Em maio de 2018, o presidente norte-americano, Donald J. Trump, decidiu se retirar do acordo nuclear e reimpor sanções. Embora o presidente iraniano, Hassan Rouhani, e os signatários europeus do acordo estejam buscando salvá-lo, é incerto se eles podem superar a pressão das sanções dos Estados Unidos (CFR, 2018).

No entendimento de FAHRI (2017), o Irã já é um ator regional importante, dotado de dinâmicas domésticas altamente complexas e contenciosas. Essas características fazem com que seja um país que não se permita ser ignorado ou forçado a mudar seus modos de acordo com as linhas prescritas por outros países. Quanto mais os temores legítimos do Irã sobre soberania e segurança forem ignorados, maior será a probabilidade de resistir à coerção. A história do conflito nuclear, de fato, sugere que a percepção de uma ameaça aumentada contra sua segurança e soberania moveu todo o espectro político do Irã para a contra-reação, incluindo a expansão e aceleração de seu programa de enriquecimento de urânio e formulação explícita de uma doutrina de segurança que vê ameaças como a resposta a ameaças.

#### 5.4 OBJETIVOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS PROPRIAMENTE DITOS

Segundo FAHRI (2017), um exame mais detalhado, baseado em uma leitura atenta das estruturas e resultados do processo de decisão iraniano, revela pelo menos três alternativas para a causa da postura político-estratégica do país. Alguns observadores explicam sua postura apontando para a “solidão estratégica” do país. Ele está desprovido de alianças significativas desde a Revolução Islâmica e se sente vulnerável e isolado.

Outros enfatizam que, diante das condições regionais, o Irã tem diversas áreas conturbadas ao longo de sua fronteira, estando cercado por bases estadunidenses. (FAHRI, 2017).

Outros, ainda, acreditam que a insegurança do Irã decorre da preocupação do Estado revolucionário com seus desafios internos. Insistir em uma ameaça externa promove uma vigilância interna que ajuda a proteger o regime (FAHRI, 2017).

Na visão de FAHRI (2017), a política externa iraniana possui basicamente dois objetivos estratégicos.

O primeiro objetivo é ampliar sua influência regional nas expressões política, ideológica e econômica. Há muito tempo, o Irã se sente marginalizado nos assuntos do OM, e está buscando seu lugar como potência regional (FAHRI, 2017).

O segundo objetivo é salvaguardar a soberania e a independência da República Islâmica de uma forma que esteja alinhada com a história do país e os ideais revolucionários. Estes dois elementos constituem o quadro ideológico em que o governo iraniano fundamenta suas decisões relacionadas a política externa (FAHRI, 2017).

Diante disso, os Estados Unidos emergem como ameaça aos dois objetivos propostos. Na visão iraniana, os estadunidenses prejudicam os seus interesses e buscam arruinar o regime por meio de ações nos campos econômico, diplomático, militar e ideológico (FAHRI, 2017).

O estamento político iraniano tem verificado uma ampla necessidade de mitigar a interferência dos EUA nos assuntos regionais e domésticos dos países do OM. Além disso, os líderes do país aspiram um direcionamento na ordem internacional multipolar que trate o Irã como um tomador de decisão significativo e independente na região (FAHRI, 2017).

No ambiente interno, nem todos concordam, na mesma medida, com o “eixo de resistência”, que consiste em estabelecer alianças estatais e não-estatais na Síria, no Líbano e no Iraque, como um meio de projetar o poder regional (FAHRI, 2017).

No ambiente externo, desde 2014, o Irã escolheu aumentar o seu envolvimento militar direto para proteger sua influência e interesses significativos no Iraque e na Síria. Essa escolha foi feita no contexto de instabilidade nesses dois países e no sucesso dos grupos jihadistas no estabelecimento do controle territorial em meio às conversações nucleares (FAHRI, 2017).

Além disso, apesar da insistência do Irã na dissuasão autossuficiente, sua capacidade limitada de enfrentar as ameaças em sua vizinhança abriu o caminho para a coordenação militar com as potências mundiais diretamente, como com a Rússia na Síria, ou indiretamente, como no caso dos Estados Unidos no Iraque (FAHRI, 2017).

Apesar dessas mudanças, o objetivo estratégico geral do Irã permanece o mesmo: melhorar sua posição na região a fim de salvaguardar a República Islâmica, sua visão de mundo e seu método de governança (FAHRI, 2017).

Num contexto regional cada vez mais volátil, o Irã quer convencer outros países sobre a futilidade de tentar enfraquecer a República Islâmica ou mudar seu caráter. A

mensagem iraniana é: os esforços para enfraquecer o Irã só irão desestabilizar ainda mais o OM e prejudicar os interesses dos seus países (FAHRI, 2017).

## 6 O IRÃ E OS PRINCIPAIS ATORES DO OM

### 6.1 IRÃ E ARÁBIA SAUDITA

A Arábia Saudita é uma monarquia absolutista sunita conservadora estabelecida em 1932, com uma tradição de laços políticos estreitos com os Estados Unidos e o Reino Unido (WEHREY, 2015).

Depois da Revolução Iraniana, as relações entre a República Islâmica do Irã e o Reino da Arábia Saudita se deterioraram consideravelmente, na medida em que os iranianos passaram a acusar os sauditas de serem agentes dos EUA na região do Golfo Pérsico, representando os interesses estadunidenses em vez do Islã (WEHREY, 2015).

Ao longo dos anos, as autoridades sauditas têm repetidamente mencionado diversos motivos para desconfiar do Irã. Esses motivos incluem o incentivo do Irã a manifestações violentas em algumas peregrinações do Hajj em Meca nos anos 80 e 90, o que causou uma ruptura nas relações de 1987 a 1991 (KATZMAN, 2018).

A Arábia Saudita afirma que o Irã instigou o atentado de junho de 1996 em Khobar Towers e o acusa de abrigar o suposto mentor do atentado, Ahmad Mughassil, líder do Hezbollah saudita. Mughassil foi preso em Beirute em agosto de 2015 (KATZMAN, 2018).

A República Islâmica do Irã e o Reino da Arábia Saudita não têm relações diplomáticas desde o ataque à embaixada saudita em Teerã em janeiro de 2016. As relações bilaterais entre os países têm sido tensas a respeito de várias questões geopolíticas, das formas de interpretação do Islã, das aspirações para a liderança do mundo islâmico, da política de exportação de petróleo e das relações com os Estados Unidos e outros países ocidentais KATZMAN (2018).

Segundo WEHREY (2015), ambos os países são grandes exportadores de petróleo e gás, divergindo, também, em questões de política energética. A Arábia Saudita, com suas grandes reservas de petróleo e menor população, tem maior interesse em uma visão de longo prazo do mercado global de petróleo e de incentivo para moderar os preços. Por seu turno, o Irã é obrigado a se concentrar nos altos preços no curto prazo devido ao seu baixo padrão de vida, devido as sanções econômicas impostas pelo mundo ocidental, as restrições geradas após uma década de guerra contra o Iraque de Saddam e sua maior população.

Com relação a Guerra Civil da Síria, o Irã tem apoiado o governo de Assad em pessoal e recursos financeiros, enquanto a Arábia Saudita é um importante fornecedor de ajuda a grupos rebeldes sunitas. Ambos os países se acusam mutuamente de apoio ao terrorismo (WEHREY, 2015).

Além disso, segundo KATZMAN (2018) os líderes sauditas afirmam que o Irã apoia dissidentes na província xiita no leste do país. A animosidade mútua agravou as tensões sectárias e contribuiu para a instalação de uma guerra por procuração entre Irã-Arábia Saudita.

Na questão do Iêmen, o apoio iraniano aos rebeldes *houthis* potencializou a ameaça do Irã ao reino saudita. A Arábia Saudita acusa o Irã de fornecer mísseis balísticos aos *houthis* que foram disparados contra o seu território em várias ocasiões (KATZMAN, 2018).

Em relação ao Líbano, no final de 2017, os líderes sauditas tentaram minar a influência do Hezbollah ao pressionar o primeiro-ministro do país, Sa'd Hariri, a renunciar como chefe de um governo de coalizão que incluía o grupo xiita, apoiado pelo Irã (KATZMAN, 2018).

No Iraque, tanto o Irã quanto a Arábia Saudita apóiam o governo dominado pelos xiitas, embora líderes sauditas tenham criticado o governo por sectarismo, enquanto o Irã apóia Bagdá de modo relativamente sem críticas. Desde meados de 2017, os líderes sauditas, com apoio dos EUA, têm procurado se aproximar de Bagdá para aproximá-lo do mundo árabe e do Irã (KATZMAN, 2018).

Assim sendo, o Irã e a Arábia Saudita têm buscado alcançar posição de hegemonia no OM e tentam mitigar a influência regional um do outro na região (KATZMAN, 2018).

## 6.2 IRÃ E HEZBOLLAH

Segundo KATZMAN (2018), o Hezbollah, considerado pelos líderes iranianos como uma “exportação” bem-sucedida da revolução islâmica, é o aliado não-estatal mais importante do Irã. As ações do Hezbollah para apoiar seus próprios interesses, bem como iranianos, assumem várias formas, incluindo atos de terrorismo, treinamento e combate em países da região.

Relatórios recentes do Departamento de Estado dos EUA sobre terrorismo internacional afirmam que o Hezbollah geralmente segue a orientação religiosa do Irã, personificado na figura do líder Aiatolá Ali Khamenei (KATZMAN, 2018).

A relação próxima do Irã com o grupo começou quando clérigos xiitas libaneses do Partido Da'wa (Chamado Islâmico), libanês e pró-iraniano, começaram a se organizar em 1982, com apoio do Exército de Guardiões da Revolução Islâmica (EGRI) ou simplesmente Guarda Revolucionária Iraniana (GRI), sendo nomeado como Hezbollah ou Partido de Deus, em 1985 (KATZMAN, 2018).

As forças da GRI, atuantes em território libanês, depois nomeadas Forças *Quds* (FQ), foram enviadas para ajudar a organizar, desenvolver, equipar e instruir o *Hezbollah*, sob o comando do Major General, Qasem Soleimani (KATZMAN, 2018).

Desta forma, o Hezbollah se tornou uma potencial ameaça terrorista global, segundo o relatório do Departamento de Estado sobre terrorismo internacional de 2016, repetindo afirmações de que o grupo continua sendo “capaz de operar em todo o mundo.” (KATZMAN, 2018).

No entendimento do Departamento de Estado, o Irã apoiou o Hezbollah em vários ataques terroristas, utilizando-o como instrumento para pressionar Israel. Os ataques do Hezbollah contra as forças israelenses na "zona de segurança" no sul do Líbano contribuíram para a retirada das Forças de Defesa de Israel (FDI) do território libanês em maio de 2000 (KATZMAN, 2018)

Posteriormente, durante os conflitos em 2006, o Hezbollah disparou foguetes fornecidos pelo Irã contra as cidades israelenses entre julho e agosto. Em julho de 2006, o grupo danificou um navio de guerra israelense com um míssil anti-navio C-802 de fabricação chinesa, supostamente comprado da China pelo Irã em quantidade significativa, na década de 1990 (KATZMAN, 2018).

A liderança do Hezbollah afirmou que foi vitoriosa naquela guerra por ter resistido as FDI. Assim, o Hezbollah se tornou uma força importante na política do Líbano, em parte devido às armas e financiamento que recebe do Irã.

Em novembro de 2017, a renúncia do primeiro-ministro Sa'd Hariri parecia ter a intenção de expor e minar a influência do Hezbollah no Líbano - uma medida que ele empreendeu imediatamente após consultas estreitas com Riad. A renúncia foi rescindida pela pressão popular no Líbano e não diminuiu a posição do Hezbollah (KATZMAN, 2018).



Nas últimas eleições parlamentares de abril de 2018, os aliados do Hezbollah aumentaram o número de assentos, embora o Hezbollah tenha mantido seus 13 assentos anteriormente ocupados (KATZMAN, 2018)

Atualmente, o Hezbollah desempenha um papel importante na tomada de decisões políticas no Líbano. No entanto, tem havido críticas diretas ao Hezbollah dentro e fora do Líbano por seu apoio a Assad, que diluiu a imagem do Hezbollah como um firme opositor de Israel e o envolveu na guerra contra outros muçulmanos na Síria (KATZMAN, 2018).

### 6.3 IRÃ E IRAQUE

Segundo FAHRI (2017), a integridade territorial e a estabilidade do vizinho Iraque estão entre os interesses vitais do Irã. Os ajustes da política de segurança do Irã após os eventos no Iraque e na Síria foram relevantes.

O avanço do Estado Islâmico, durante as negociações do acordo nuclear, representou uma das maiores ameaças à segurança nacional iraniana desde o fim da Guerra Irã-Iraque. Devido a complicada história pós-revolução das relações entre os dois países, o objetivo iraniano de um regime amigável, ou pelo menos não hostil, no Iraque também é essencial (FAHRI, 2017).

Consequentemente, no entendimento de FAHRI (2017), Teerã é um dos principais interessados na crise iraquiana. Assim, o Irã passou a mobilizar e formar o uma força irregular denominada Força de Mobilização Popular (FMP), dentro do território iraquiano, aparentemente na esperança de que, mesmo após a derrota do Estado Islâmico, essas milícias ajudariam a manter os laços estabelecidos entre os dois países.

Em suma, o Irã se mantém ativo no Iraque - mantendo e expandindo laços com múltiplos atores institucionais e não-institucionais, devido à sua consciência da complexidade da dinâmica da política iraquiana. A sensibilidade em relação ao Iraque, assim como os laços profundos já estabelecidos no país, também dão ao Irã a capacidade de agir de maneira rápida e oportunista em reação a eventos imprevistos (FAHRI, 2017).

O Irã foi surpreendido durante os rápidos avanços do Estado Islâmico no norte do Iraque em junho de 2014. Mas, diante da crise, chegou-se a um consenso sobre respostas diplomáticas e militares robustas e complementares que implicaram no

envio das Força Quds, comandadas por Qasem Soleimani, bem como a coordenação do Ministério dos Negócios Estrangeiros com o Governo Regional Curdo e o governo central iraquiano. Os aspectos militar e político da resposta foram supervisionados pelo secretário do SCSN, Ali Shamkhani (FAHRI, 2017).

A resposta do Irã não foi apenas um esforço para combater o Estado Islâmico, mas também uma oportunidade de projetar o Irã como força estabilizadora da região, especialmente, em comparação com as ações dos rivais regionais (FAHRI, 2017).

#### 6.4 IRÃ E ISRAEL

Segundo SACHS (2014), as hostilidades entre Irã e Israel são relativamente novas. Ao contrário das disputas de longa data de Israel com vários de seus vizinhos árabes, os dois países tinham um relacionamento próximo antes da Revolução Iraniana.

Nesse período, o Irã era visto pelos israelenses como parte de uma "doutrina da periferia" na qual Israel se aliava a atores não-árabes no OM para contrabalançar sua inferioridade em número e recursos em comparação com os países árabes que o cercavam (SACHS, 2014).

Após a revolução, o regime iraniano passou a ser visto de forma muito diferente. Os líderes da República Islâmica assumiram uma postura anti-israelense, frequentemente se referindo a Israel como o "Pequeno Satã" que acompanha o "Grande Satã", os Estados Unidos (SACHS, 2014).

Em parte, essa postura anti-israelense passou a amenizar as tensões entre o regime iraniano, como teocracia xiita, e o mundo muçulmano sunita.

Pode-se exemplificar o caso do grupo libanês Hezbollah, aliado do Irã, que ao lutar contra Israel ganhou legitimidade entre muitos que se opunham a ele como um movimento xiita sectário e teocrático, no Líbano. Por seu turno, o regime iraniano apoiou a sua retórica com um longo histórico de violência contra Israel e mesmo contra alvos judeus em todo o mundo, muitas vezes através de representantes como o Hezbollah (SACHS, 2014).

Segundo KAYE (2016), diante da intensidade do debate sobre o acordo nuclear com o Irã, foi impressionante a rapidez com que os argumentos em Israel mudaram da ameaça nuclear iraniana para o conflito na Síria e as crescentes tensões com os palestinos.

Os líderes israelenses ainda vêem o Irã como o principal desafio de segurança ao país, mas o foco mudou dos iranianos como um problema nuclear para o Irã como um problema regional. As principais preocupações são as atividades não-nucleares do Irã, especialmente seu contínuo desenvolvimento de mísseis, sua crescente presença na região de Golã, na Síria, e seu contínuo apoio ao Hezbollah (KAYE, 2016).

No entendimento dos líderes políticos e o *establishment* da segurança israelense é que o acordo nuclear permitiu que o Irã desencadeasse atividades regionais que causam desestabilização regional e ameaçam a segurança do país (KAYE, 2016).

Embora analistas israelenses acreditem que o Irã cumprirá o acordo - e alguns até vêem benefícios para Israel - eles estão, no entanto, preocupados com os esforços do Irã para aumentar suas capacidades convencionais no curto prazo e, a longo prazo, suas futuras intenções nucleares, uma vez que os elementos-chave do acordo expirarão em dez a quinze anos (KAYE, 2016).

Consequentemente, as políticas israelenses após o acordo estão focadas em expor violações iranianas do PAIC, bem como em abordar atividades não-nucleares preocupantes, como desenvolvimento e teste de mísseis, ligações com grupos terroristas e abusos de direitos humanos, combinadas com a aplicação de sanções em relação a essas atividades não nucleares (KAYE, 2016).

Além disso, Israel está se preparando para um futuro quando o Irã pode emergir como uma potência nuclear, reforçando as capacidades de dissuasão, e reafirmando sua relação de segurança com os Estados Unidos (KAYE, 2016).

Segundo KAYE (2016), Israel não parece interessado em atacar instalações nucleares do Irã durante o período de implementação do acordo nuclear, desde que os iranianos estejam cumprindo os seus termos.

Apesar do acordo nuclear ter removido uma séria fonte de instabilidade na região ao abordar a capacidade do Irã de transformar seu programa nuclear em armamento em um futuro próximo, o acordo não removeu outros riscos à estabilidade regional relacionados a República Islâmica (KAYE, 2016).

Assim sendo, as percepções da ameaça iraniana em Israel e em outros países do OM só aumentaram após o acordo nuclear, motivando os vizinhos do Irã a encontrar outras formas de combater sua influência na região. Algumas dessas formas já incluem a escalada dos conflitos regionais existentes, como na Síria e no Iêmen. O potencial para novos conflitos militares, e particularmente uma crise iraniano-

israelense, é iminente enquanto o Irã e o Hezbollah continuarem operando no sul da Síria (KAYE, 2016).

## 6.5 IRÃ E SÍRIA

Desde 1979, a aliança entre a Síria e o Irã tem tido um impacto significativo tanto na configuração da política do OM quanto no combate aos objetivos regionais dos Estados Unidos, Israel e Iraque (GOODARZI, 2013).

Os dois regimes compartilham traços comuns. Ambos são autoritários e independentes, mesmo a um custo político ou econômico (GOODARZI, 2013).

O Irã é predominantemente xiita. A Síria, embora seja predominantemente sunita, sua família governante é alauita, uma seita xiita (GOODARZI, 2013).

Em termos políticos, os dois países divergem. A ideologia do partido *Baath* da Síria é secular e socialista, enquanto a ideologia iraniana é religiosa e, em princípio, oposta ao comunismo ateu e suas ramificações (GOODARZI, 2013).

No entanto, seus objetivos estratégicos comuns mantiveram uma aliança por três décadas. O presidente sírio, Bashar al Assad, se tornou cada vez mais dependente do Irã acerca do apoio militar e financeiro desde o início da guerra civil no país (GOODARZI, 2013).

Os interesses estratégicos têm impulsionado o envolvimento iraniano no conflito sírio. Eles incluem a preservação de um aliado, a proteção das linhas de suprimento para o Hezbollah, por meio da manutenção da integridade territorial da Síria, e a neutralização de grupos jihadistas opositores (FAHRI, 2017).

Segundo FAHRI (2017), após a eleição de Hassan Rouhani em 2013, assessores presidenciais começaram a apresentar suas preocupações quanto ao envolvimento militar na Síria devido a possibilidade de prejudicar o capital financeiro e ideológico do Irã. Tal posição enfrentou forte oposição da Guarda Republicana Iraniana, principais defensores da atuação do país em território sírio (FAHRI, 2017).

Em 2014, a busca por uma abordagem alternativa havia diminuído sob o peso dos acontecimentos no terreno, o que proporcionou a narrativa de que a Síria também constituía uma linha de frente na luta contra o terrorismo jihadista anti-Irã (FAHRI, 2017).

O Ministério das Relações Exteriores do Irã procurou então retomar algum controle sobre a direção da política, insistindo na natureza consensual da tomada de

decisões e “enquadrando o conflito na Síria como parte de uma luta ideológica mais ampla (impulsionado em parte por tensões étnicas e sectárias) e uma competição geopolítica (ou estrutural) pelo poder com a Arábia Saudita (FAHRI, 2017).

Os críticos do envolvimento militar direto do Irã na Síria não contestam que o Irã tenha interesses estratégicos gerais na Síria e acabaram concordando que a Síria também constituía uma linha de frente na luta pela segurança do Irã. Foram utilizados meios diplomáticos e militares para elevar o nível de coordenação com a Rússia, um passo que foi publicamente identificado como cooperação estratégica em relação à Síria (FAHRI, 2017).

Do ponto de vista do Irã, a flexibilidade e o pragmatismo são necessários para lidar com as circunstâncias regionais em constante mudança - por exemplo, elaborar políticas para combater a possível ruptura do Estado e o crescimento do extremismo sunita na Síria, no Iraque e até no Afeganistão; ou para enfrentar a inesperada tentativa de golpe na Turquia ou a crescente hostilidade da Arábia Saudita. Mas, no geral, o Irã continua comprometido com as alianças estatais e não-estatais que laboriosamente criou para projetar o poder e se proteger, apesar das limitações dessas capacidades assimétricas no terreno (FAHRI, 2017).

## 7 CONCLUSÃO

A República Islâmica do Irã é um país soberano localizado no Oriente Médio, sendo um dos principais focos de tensões mundiais. Além disso, o Irã é berço de uma das civilizações mais antigas do mundo, se firmando ao longo da história como centro de poder cultural e político regional.

Ao longo do século XX, o país sofreu com a crescente influência das potências internacionais em relação aos seus assuntos externos e internos. A Revolução Islâmica de 1979, liderada pelo aiatolá Khomeini, alterou esse quadro, estabelecendo um sistema teocrático de governo que tem objetivado um papel de relevância no equilíbrio de poder regional.

O conceito de equilíbrio de poder teve sua gênese na Paz de Westfália de 1648 sendo incorporado pela teoria realista clássica das relações Internacionais do século XX. Sob uma ótica *hobbesiana*, a instituição do equilíbrio de poder possibilita a ausência de protagonismo de qualquer Estado em particular.

Em síntese, o Irã tem desempenhado papel relevante no equilíbrio de poder regional, ao adotar uma visão *hobbesiana* para solução de conflitos com os demais atores do Oriente Médio. Essa postura iraniana é fruto de um processo decisório interno que adota como política internacional uma dinâmica contemporânea de competição e o choque mútuo entre os Estados que se anulam mutuamente ao perseguir seus interesses nacionais, orientados pela razão de Estado.

No contexto do processo decisório iraniano, o líder Khamenei e o Supremo Concílio de Segurança Nacional (SCSN) têm buscado atingir os interesses nacionais por meio de dois objetivos político-estratégicos.

O primeiro objetivo político-estratégico é ampliar a influência regional. Para atingir esse objetivo, o Irã vem interferindo, direta ou indiretamente, em países do OM, especificamente nos campos do poder político, econômico e militar.

Na Síria, o Irã tem prestado apoio militar e financeiro como parte da competição geopolítica com a Arábia Saudita e Israel. O envolvimento no conflito sírio inclui a preservação do país de Bashar Al Assad como aliado, a proteção das linhas de suprimento para o Hezbollah por meio da manutenção da integridade territorial síria, e a neutralização de grupos jihadistas opositores.

No Iêmen, o Irã tem apoiado os *houthis*, por meio do fornecimento de mísseis balísticos aos rebeldes o que potencializa a ameaça iraniana ao reino saudita.

No Iraque, os iranianos têm expandido seus laços com atores institucionais e não-institucionais. O país tem apoiado o governo iraquiano xiita na luta contra o Estado Islâmico com o envio das Força Quds, projetando o Irã como força estabilizadora da região, especialmente, em comparação com as ações dos rivais regionais.

Além disso, a República Islâmica tem ampliado seu poder regional ao assumir uma postura anti-israelense, por meio de atos de violência contra Israel e mesmo contra alvos judeus em todo o mundo, muitas vezes através de representantes como o Hezbollah. O Irã tem apoiado o Hezbollah em vários ataques contra as forças israelenses no sul do Líbano, contribuindo para que as Forças de Defesa de Israel (FDI) se mantenham fora do território libanês.

Desta forma, o segundo modelo de equilíbrio de poder apresentado por Morgenthau, notadamente, o padrão de competição, se aplica nos casos em que o Irã tem atuado nos países do OM, mencionados acima. A Arábia Saudita ou Israel, dependendo do caso, se enquadram como atores do tipo "A" que disputam com o ator "B", neste caso o Irã, para assumir uma posição de dominância sobre o ator "C", função na qual se enquadram, mormente, Iêmen, Iraque, Líbano e Síria.

Apesar deste sistema ser o reflexo da disputa das relações de poder entre sauditas e iranianos ou israelenses e iranianos, a relativa liberdade de ação dos atores do tipo "C" é preservada, criando um ambiente de estabilidade e segurança, ainda que precário.

O segundo objetivo político-estratégico do Irã é salvaguardar a soberania e a independência, mantendo o seu alinhamento com os ideais revolucionários. Para atingir este objetivo, o Irã tem utilizado o Hezbollah como exemplo bem-sucedido de "exportação" da revolução islâmica. Sob a orientação religiosa iraniana, personificada na figura do líder Aiatolá Ali Khamenei, as ações do Hezbollah para atender os interesses iranianos assumem várias formas, incluindo atos de terrorismo, treinamento e combate em países da região.

Além disso, o Irã gerou a capacidade de possuir seu próprio programa nuclear com objetivo de aumentar o poder nacional, dissuadindo os países fronteiriços e potências internacionais. Por seu turno, o acordo nuclear estabelecido com as principais potências regionais possibilitou ao país capitalizar dividendos geopolítico e econômico.

A possibilidade do Irã possuir armas nucleares mudou a percepção sobre o equilíbrio de poder no OM. Apesar do equilíbrio ter se tornado mais sensível, especialmente após a saída dos EUA do acordo nuclear, a capacidade iraniana tem simbolizado a possibilidade das relações entre as potências da região se voltarem a um jogo de soma zero, criando um congelamento do poder regional.

Conclui-se, portanto, que a capacidade do Irã influenciar direta ou indiretamente os principais atores regionais estatais ou não estatais, dentro de uma postura realista, nas relações internacionais, garante que a República Islâmica continue sendo um centro de poder. Os objetivos político-estratégicos iranianos estabelecidos pelo seu estamento político interno têm sido atingidos, contribuindo para que o país se mantenha no papel de potência regional.

Por fim, cabe ressaltar que o equilíbrio de poder alcançado no OM, diante das ações político-estratégicas iraniana, é débil e frágil, contribuindo para que a região continue a ser um foco de grandes tensões no cenário internacional.



## REFERÊNCIAS

ABRAHAMIAN, Ervand. ***A History of Modern Iran***. New York: Cambridge University Press, 2008.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. 1ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília: Ed. UnB / IPRI: Imprensa oficial do Estado, 2002.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012

CHAMS, Ali Ahmad. **Xiitas e a política do Oriente Médio**. Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais; 2008, Vol. 7 Issue 14, p7-23, 17p, 1 Chart.

CFR. COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. ***The Impact of the Iran Nuclear Agreement***. 8 Maio de 2018. Disponível em: [https://www.cfr.org/background/iran-nuclear-agreement-gclid=EAlaIqobChMIhvrL9aiO3gIVFoCRCh1byA95EAAYASAAEgJrVvD\\_BwE](https://www.cfr.org/background/iran-nuclear-agreement-gclid=EAlaIqobChMIhvrL9aiO3gIVFoCRCh1byA95EAAYASAAEgJrVvD_BwE). Acesso em: 17 de Outubro de 2018.

CRESWELL, JOHN W. **PROJETO DE PESQUISA: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. PORTO ALEGRE: ARTMED. 2010.

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. **IRAN**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Iran>. Acesso em: 3 de Junho de 2018.

FARHI, Farideh. ***Iranian Power Projection Strategy and Goals***. Center for Strategic and International Studies. 21 de Abril de 2017. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/iranian-power-projection-strategy-and-goals>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

GOODARZI, Jubin. ***Iran and Syria. The Iran Primer***. U.S. Institute of Peace. 17 DE dezembro de 2013. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/resource/iran-and-syria>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

IRANWATCH. A History of Iran's Nuclear Program. 1<sup>o</sup> de março de 2012. Disponível em: <http://www.iranwatch.org/our-publications/weapon-program-background-report/history-irans-nuclear-program>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

KATZMAN, Kenneth. ***Iran's Foreign and Defense Policies***. Congressional Research Service. 18 de julho de 2018. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/mideast/R44017.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2018

KAYE, Dalia Dassa. ***Israel's Iran Policies After the Nuclear Deal***. RAND CORPORATION. 2016. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE207.html>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

KOPPEL, Clayton R. ***Captain Mahan, General Gordon, and the Origins of the Term 'Middle East'***. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4282584>. Acesso em: 01 de Junho de 2018.

LAMPREIA, Luiz Felipe. ***Aposta em Teerã: O Acordo Nuclear Brasil, Turquia e Irã***. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

MARQUES, Francisco Henriques de Jesus Soromenho. ***As tensões intra-islâmicas: a oposição entre sunitas e xiitas no contexto geopolítico do Médio Oriente***. 2015. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa). Instituto de Estudos Políticos - Universidade Católica Portuguesa. 2015

MORGENTHAU, Hans J. ***Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz***. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - Ed. Universidade de Brasília, 2003.

NASR, V. ***Iran Among the Ruins***. *Foreign Affairs*. 97, 2, 108-118, Mar. 2018. ISSN: 00157120.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato – Política Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012

PINHEIRO, Guilherme Naves. **As negociações internacionais do século XXI para regular o Programa Nuclear Iraniano**. 2016. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado- Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016

RAMOS, Lohana Gabriela Simões de Oliveira. Programa Nuclear Iraniano na era Ahmadinejad: implicações geopolíticas no oriente médio. Disponível em: <http://abedpb.org/anais/index.php/2012/article/view/8/9>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

SACHS, Natan. ***Israel and Iran's Role in the Middle East***. Brookings. 16 de julho de 2014. Disponível em: <https://www.brookings.edu/testimonies/israel-and-irans-role-in-the-middle-east/>. Acesso em: 27 de agosto de 2018.

SICK, G. ***Iran's quest for superpower status***. *Foreign Affairs*. 65, 4, 697-715, 1987. ISSN: 00157120.

SIMIELLI, Maria Elena. **Geoatlas**. 33ª ed. São Paulo: Ática S.A., 2010.

THE WORLD FACTBOOK. **IRAN**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ir.html>. Acesso em: 01 de Junho de 2018.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEHREY, Frederic et al. ***Saudi-Iranian Relations Since the Fall of Saddam: Rivalry, Cooperation and Implication for US Policy***. RAND Corporation. 14 de

novembro de 2015. Disponível em:  
<https://www.rand.org/pubs/monographs/MG840.html>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

ZAHREDDINE, Danny e TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **A Ordem Regional no Oriente Médio 15 anos após os atentados de 11 de setembro**. Revista Sociologia Política, v. 23, n. 53, Curitiba, março de 2015. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782015000100071](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000100071).  
Acesso em: 3 de junho de 2018